

Fernando Luís Machado¹

Quatro princípios para o ensino da sociologia

Pensar sobre o ensino da sociologia implica que nos situemos no plano das práticas de ensino e da sua adequação às circunstâncias e aos objectivos visados, mas, antes disso, que clarifiquemos a nossa posição face à disciplina e aos seus conteúdos. Nas curtas páginas que se seguem, enunciam-se, de forma necessariamente telegráfica, quatro princípios para o ensino da sociologia. Os dois primeiros têm mais a ver com o que se ensina; os dois últimos, com os modos de ensino.

Princípio 1, o da disciplinaridade descomplexada e reflexiva

Antes de discutir como se ensina sociologia, é preciso clarificar as concepções que se tem da disciplina e como nos posicionamos face a ela. Há os que pensam que a sociologia é pouco prática e devia ir procurar saberes, alegadamente mais operatórios, a outras disciplinas; há os que acham que a sociologia é prática de mais, e que deveria ser mais teórica, quando não anti-empírica; há os que defendem uma sociologia fusional com outras ciências sociais; e há ainda aqueles para quem tudo o que seja menos do que uma pan-interdisciplinaridade é pouco.

Todos têm em comum pensar que a sociologia seria tanto melhor quanto menos sociologia fosse. O valor da interdisciplinaridade é um valor epistemologicamente simpático, solidário, com o qual é difícil não

¹ Departamento de Sociologia/CIES, ISCTE – fernando.machado@iscte.pt

estar em acordo de princípio. Mas quando, em vez de uma disciplinaridade descomplexada, se tem uma disciplinaridade ressentida, o princípio da interdisciplinaridade não é mais do que uma forma de anti-disciplinaridade inaceitável.

Uma disciplinaridade descomplexada é também aquela que decorre de a sociologia portuguesa ter incorporado, na sua origem próxima, isto é, a partir de meados dos anos 60 do século passado, contributos interdisciplinares substanciais. O que não tem só a ver com as condições sociais e políticas desfavoráveis ao seu exercício antes de Abril de 74, de que a interdisciplinaridade é um efeito virtuoso, mas também com o facto de a formação inicial de toda a geração dos sociólogos fundadores ter sido muito diversificada. Essa marca de interdisciplinaridade tem-se reproduzido ao longo das gerações, o que faz da sociologia portuguesa uma realidade mais interdisciplinar do que se julga.

É claro que a institucionalização, a massificação, a especialização subdisciplinar (que exige cada vez mais a prática de uma intradisciplinaridade), as posturas instrumentais sem espessura epistemológica, põem em risco esse legado. Por isso, a reflexividade e a memória são fundamentais para que ele não se perca e continue a ser gerador de novas realizações concretas e não de meras declarações de princípios. Em suma, a disciplinaridade descomplexada e reflexiva é aquela que, por estar bem consigo própria, pode estar bem com os outros.

Princípio 2, o do pluralismo teórico-metodológico

Quanto maior visibilidade se proporcionar aos estudantes sobre a diversidade de paradigmas e correntes da sociologia, mais entendimen-

to eles terão sobre o social. A concretização deste princípio encontra um forte obstáculo na tendência cíclica, reveladora da grande vulnerabilidade das ciências sociais aos contextos ideológicos envolventes, para as exclusões internas de correntes e autores.

Um exemplo particularmente pernicioso dessa tendência é hoje o dos que afirmam que a única abordagem possível é a da dita teoria crítica ou sociologia crítica. As suas versões mais delirantes dizem que todas as sociologias existentes são não-críticas e que é preciso construir tudo de novo, um caso exemplar do que se pode chamar efeito D. Afonso Henriques, que, mesmo ele, para fundar o País, não teve de fazer tudo de novo nem sozinho.

Esta postura encontra eco, infelizmente, em algo que está inscrito no sistema de disposições académicas de uma parte dos estudantes – e a que, obviamente, não são alheias responsabilidades docentes –, que é o de querer aprender todas as “críticas” antes de conhecer em primeira mão os autores ou as teorias que delas são objecto.

Todas as grandes teorias sociológicas, com os seus enfoques e razões parcelares, são críticas. No campo clássico, por exemplo, há excelentes páginas críticas tanto em Marx e Weber, como em Durkheim e Merton. Dir-se-ia, então, que: a) todos os autores e escolas têm direito a uma apresentação contextualizada e não-parcial das suas obras e a não serem considerados não críticos até prova em contrário; b) seria lamentável privar os estudantes do acesso a todas as teorias e a todas as sociologias, impedindo-os de as julgarem intelectualmente por si próprios.

O pensamento crítico é um valor primeiro e insubstituível. Mas a melhor maneira de o manter e reproduzir por via do ensino não é o pensamento único ao contrário, que diz que tudo o que não é um certo enten-

dimento exclusivista de teoria crítica é convencional, funcionalista e favorável à ordem social. Para além de ser deontologicamente lamentável como atitude face aos pares, muito particularmente aqueles que têm feito um longo, sério, paciente, detalhado, e construtivo trabalho de reflexividade epistemológica sobre a prática da sociologia em Portugal, é uma forma de produzir ignorância. Não há condições de crítica sem pensamento plural.

O mesmo se pode dizer quanto ao ensino dos métodos e técnicas de investigação empírica. Contra os que acham que o uso do inquérito por questionário é indecorosamente acrítico e só se ganha alguma compostura emancipatória à medida que se caminha para a entrevista, a análise documental, a análise intertextual, há que manter com firmeza o princípio do pluralismo.

Princípio 3, o da aprendizagem da sociologia pela prática de investigação empírica

Componente indispensável da aprendizagem da sociologia é a iniciação, mesmo que muito preliminar, à prática da investigação empírica. Entender o que é o empirismo ou o positivismo, por exemplo, é não só compreender o que eles significam através da respectiva desconstrução epistemológica, mas também a confrontação prática, directa e pessoal com os problemas da ruptura com o senso comum, da construção de um objecto de investigação, da função de comando da teoria, das relações sociais de observação, da medida e dos indicadores sociais.

Certas evoluções universitárias recentes, de aumento do número de horas de leccionação, do número de alunos e do tamanho das tur-

mas, mesmo em contexto de aparente retracção global dos públicos universitários, tornaram de todo impossível manter algumas formas e tempos de trabalho pedagógico que propiciavam condições privilegiadas para momentos de iniciação à pesquisa. Neste quadro, o pior cenário seria o de deixar cair o princípio da aprendizagem pela pesquisa e enveredar por um ensino escolástico. Trata-se, portanto, de procurar manter o princípio, redefinindo, isso sim, os modos de o concretizar nas novas condições dadas.

Princípio 4, o da manutenção da interactividade docente-aluno

Perante os constrangimentos institucionais mencionados acima, são também certas modalidades altamente produtivas de interactividade com os estudantes que ficam em causa, limitando e empobrecendo os canais de comunicação em dois sentidos, insubstituíveis para se manter uma boa percepção da recepção de mensagens, para além da que é proporcionada pelos procedimentos mais estritos e estandardizados de avaliação. Trata-se, mais uma vez, face a novas circunstâncias desfavoráveis, de não deixar cair o princípio, mas sim de encontrar novas práticas para a sua concretização.

Se não é mais possível fazer o acompanhamento continuado de alunos enquanto eles preparam e realizam os seus trabalhos, os encontros com pequenos grupos, em momentos estrategicamente escolhidos, mesmo que tenham carácter pontual e curta duração, constituem dispositivos de comunicação e de ensino/aprendizagem privilegiados. Se outras razões não houvesse, bastaria o facto de esses momentos criarem condições para a tomada de palavra por parte daqueles que, em contexto

de grande turma, nunca ousam fazê-lo. Na mesma linha, pode fazer-se, sem grandes custos de tempo, uma preparação prévia das chamadas aulas práticas, que maximize as condições de participação do maior número possível de estudantes.

O que está em causa, em suma, é não transformar a relação pedagógica em ensino "à distância".

**Sociologia no ensino
superior: conteúdos,
práticas pedagógicas e
investigação**